**RESENHA:** **A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL - BREVE HISTÓRIA DO IHGB E SEUS CONGÊNERES NOS ESTADOS, ESPECIALMENTE O IHGDF**

 William Almeida de Carvalho\*



“(...) O Instituto bem sabe, que sou todo dele...”

O Imperador D. Pedro II pouco antes da queda do regime.

O novo – cujo título é **A Formação da Memória Nacional - Breve História do IHGB e seus Congêneres nos Estados, especialmente o IHGDF -** é dedicado à memória do Ministro Alfredo Vilhena Valladão (1873-1959), militou no IHGB de 1912 à 1959, sendo Benemérito 1932, Grande Benemérito 1951, Orador 1938, IIo.Vice-Presidente do 1952-1959, Io.Vice-Presidente 1959. O livro busca basicamente abordar três aspectos da identidade brasileira: a) o papel estratégico que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – a instituição histórica mais antiga do país e a segunda científica, sendo somente precedida pela Academia Nacional de Medicina - representou na formação da memória nacional como líder na historiografia nacional até a década de 30 do século XX; b) o espraiamento do espírito do IHGB nos seus congêneres nos diversos Estados brasileiros e c) apontamentos para uma futura história do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF).

Na primeira parte do livro, que é a fundamental, procurou-se captar a formação da memória nacional e o papel estratégico do IHGB, da Revista do IHGB e dos autores que se debruçaram sobre o assunto, na consecução desse objetivo.

Preliminarmente, buscou-se caracterizar a concepção de que a disciplina da História se desgarra da literatura para se constituir uma disciplina autônoma nesse alvorecer do século XIX.

Em seguida, como se verá mais adiante, no *corpus* dessa primeira parte, o IHGB, criado sob o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) em 1838, em meio a crises institucionais e revoltas que agitavam o país no período das Regências, tinha como justificavas a formação da memória nacional, o auxílio à administração pública e o esclarecimento dos brasileiros, por meio da construção de um projeto nacional, pois existia um Estado sem Nação. A ideia de fundar a associação foi inspirada no modelo europeu, onde já havia uma discussão sobre a história e a questão nacional.

O Instituto procurava construir um passado a serviço da política do presente. Assim, a produção dessa memória foi condição fundamental para assegurar os caminhos e pilares da nação em construção. Levava-se adiante o projeto político de reconstrução do passado colonial com o papel fundamental da história nacional como definidora da nação brasileira. Apesar de o nascente Brasil ser herdeiro do envergonhado iluminismo português, havia então, um tônus iluminista mais forte no Instituto, naquela primeira metade do século XIX, pois se empreendia uma leitura de história baseada na civilização e no progresso, e se delineava o projeto de uma sociedade branca e europeia, muito diversa da realidade social brasileira. Para isso, em meio a silenciamentos, impostos por uma monarquia constitucional cercada de *caudillos* militares hispano-americanos, construíam-se mitos, identidades sociais e símbolos representativos. Nesse tempo, desfrutou do apoio imperial e foi a principal instituição acadêmica do país, pois não se possuíam universidades.

Com o advento da República, o Instituto esteve, no mínimo, num limbo durante quinze anos até extirpar o seu DNA monárquico. Sucessivas adversidades se abateram sobre o IHGB, desde a perda de *status* até o corte dos subsídios públicos. A superação do problema se deu a partir de um longo processo que envolveu o fim da “República dos Marechais” e a renovação do corpo de sócios. Foi com a combinação desses dois fatores que paulatinamente o Instituto recuperou seu prestígio no governo de Epitácio Pessoa e consolidou-se com Getúlio Vargas.

Daí em diante ficaria cada vez mais próximo do Poder, ao converter-se numa espécie de árbitro da História e legitimando a Revolução de 30.

Adequando-se às modificações políticas do país ao longo da Era Vargas, o IHGB foi capaz de garantir sua permanência e sobrevivência há quase dois séculos.

O Instituto, contudo, perdeu o seu antigo monopólio de prestígio. Novos atores adentravam à cena cultural e historiográfica, tais como a Academia Brasileira de Letras, fundada na Primeira República, em 1897, e a Academia Brasileira de Ciências, de 1916, que passaram a dividir espaço nos meios culturais do país. Apesar disso, o IHGB teve ainda os seus momentos de apogeu com a realização de três congressos de História Nacional em 1914, 1931 e 1938; com o Congresso Internacional de História da América: com as comemorações do centenário da Imprensa, da independência (1922) e de D. Pedro II (1925); com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921) e com a publicação do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.

Paralelamente às transformações pelas quais passavam o Brasil e o Instituto, houve a partir do final dos anos de 1930, um processo de criação de cursos universitários de História no Brasil, principalmente na USP e na Universidade do Brasil e, portanto, um processo de profissionalização de professores de história. Neste momento, refletia-se sobre os primeiros profissionais de História no país e havia preocupações sobre o lugar da disciplina como veículo de formação da identidade brasileira, já que o Instituto tinha terraplanado a estrada, mas principalmente qual seria a concepção de História que deveria orientar os novos cursos, sobre as referências que deveriam compor o ensino de uma História, com metodologia bem mais científica, e sobre o tipo de profissional que queriam formar.

Desde período em diante, até a década de 70, houve uma separação e, até mesmo ojeriza, entre a comunidade universitária e o Instituto. Os professores discordavam das concepções da História, vigentes no Instituto, que privilegiavam a história política, os sentimentos patrióticos e os ícones nacionais. A Universidade, no máximo, reconhecia o papel do Instituto na coleta de insumos históricos,

Além do mais, com a ampliação de cursos e a institucionalização de programas de pós-graduação, dentre as quais se incluía a História, o fosso aumentava cada vez mais. Entre 1964 e 1970, o regime militar aumentou a criação de novas universidades federais, assim como a expansão do corpo docente. Depois de 1971 houve aumento do número de cursos na área de ciências humanas, com os primeiros mestrados em história e letras.

Com o tempo, as Universidades passaram a ter uma espécie de monopólio na área de pesquisas, deixando pouco espaço para instituições independentes, como era o caso do Instituto.

Dialeticamente, este auge de desprestígio do Instituto foi a causa de uma reaproximação com a Universidade, pois passou, até certo ponto, a dialogar e a se aproximar de outros pesquisadores e sair de seu relativo isolamento.

Digno de nota foi a realização, em 1961, do Primeiro Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, reunindo participantes de diversos estados do Brasil e, no final do Simpósio se fundou a Associação de Professores Universitários de História (ANPUH), em que se estabeleceu os domínios do ensino e da pesquisa, sendo que está adquiriu um foro mais independente das universidades. O IHGB se fez presente com alguns representantes, a saber: Pedro Calmon, Hélio Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

Tentativas de se montar no Instituto um quadro de sócios composto por estagiários-pesquisadores não surtiram efeito.

Um fato importante ocorreu em 1962 com a criação da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) para organizar as comemorações do bicentenário da transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1963) e da passagem do IV Centenário da fundação da Cidade do Rio de Janeiro (1965). O grupo de pesquisa não se desfez e se transformou, em 1967, em fórum permanente de investigações históricas, aberto a pesquisadores estranhos ao quadro social. Abria-se, portanto, dentro do IHGB, um foro acadêmico para que estudiosos pudessem apresentar seus trabalhos, embora necessitassem ainda do aval dos associados.

Na Parte 2 tenta-se caracterizar o espraiamento dos primeiros Institutos nas Províncias e, posteriormente, nos Estados da Federação brasileira dos seus congêneres. Um mapa temporal dos Institutos estaduais dão uma ideia daquele espraiamento.

Foram analisados três estados brasileiros: Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, que dão uma amostra da problemática de suas criações. Os dados foram retirados dos sítios desses respectivos Estados na internet.

A Parte 3 culmina com criação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Sua gênese, seus desafios e sua consolidação são analisados.

Assim como o IHGB teve imensas dificuldades para se adaptar ao novo regime republicano, o IHGDF, nascido como o DNA juscelinístico, teve suas tribulações para se adaptar à nova ordem do regime militar.

Finalmente, encerra-se com o item Consolidação, em que se colocam, em ordem cronológica, os presidentes, após Guido Mondim, suas diretorias e suas obras. Caberá aos futuros historiadores fazerem a análise histórica desse período. O que se apresenta são os insumos básicos para os futuros historiadores.

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

\* William Almeida de Carvalho, 75 anos, casado, natural de Uberaba-MG, sociólogo, historiador, jornalista, empresário; pós-graduado em Administração Pública e doutor em Ciência Política pela Panthéon-Sorbonne; membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF e da Academia de Letras de Brasília; Vice-presidente da Academia de Letras e Artes Buziana (Búzios); ex-Secretário de Estado do Distrito Federal; ex-subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República; Escola Superior de Guerra/ESG - XXo. CAEPE Turma JK, RJ 1993; professor e conferencista da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP e da Asociación Internacional de Presupuesto Público – ASIP; Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF - IHGDF.

Obreiro da Loja Sagrada Família n° 3561 - GOSP; 33°; ex-deputado federal maçônico; sócio fundador da Loja de Pesquisa do GOB; Ex-VM da Loja de Pesquisas Maçônicas do Grande Oriente do DF/GODF; ex-Secretário de Educação e Cultura do GODF/GOB; ex-Diretor da Biblioteca do GOB; ex-Presidente da Academia Maçônica de Letras do DF; membro da Academia Maçônica do Brasil e da Academia Maçônica de Letras da Paraíba (correspondente); membro correspondente da Loja de Pesquisas Quatuor Coronati de Londres; da Scottish Rite Research Society; da Southern Califórnia Research Lodge; da Philalethes Society; da Masonic Library and Museum Association; representante do GOB em Congressos Maçônicos Internacionais em Santiago do Chile, Edimburgo na Escócia, Gijón na Espanha e Assunção no Paraguai; coordenador do primeiro curso de pós-graduação em História da Maçonaria no Brasil na Universidade do Distrito Federal – UDF - 2012; presidente da banca universitária que aprovou as teses do referido curso; candidato a Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Brasil-GOB nas eleições de 2013. Prof. do Curso de Pós-graduação EAD em História da Maçonaria da Faculdade Unyleya na Disciplina História da Maçonaria: Das Origens Corporativas à Maçonaria Moderna em 2016/2017.

Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF (2018-2020).

Presidente do Conselho de Administração da MDF – Energia & Agronegócios SA (<http://www.mdf>energiaeagronegocios.com/). Empresário na área de energias limpas (eólica, hidroelétrica [PCHs], resíduos sólidos urbanos e agro-negócios.

\*Autor de artigos e palestras sobre maçonaria, sobre simbolismo, graus filosóficos, história, filosofia etc, e de diversos livros, dentre os quais:

1. Maçonaria Negra; Ed. Trolha, Londrina, 1999.
2. Espionagem e Maçonaria; Ed. Trolha, Londrina, 2006.
3. História do Grande Oriente do Brasil; coautoria com o José Castellani, Madras, São Paulo, 2009.
4. Um Papa Sem Tiara – D. Hélder Câmara; coautoria, ACLEB, Brasília, 2009.
5. Crise Financeira Mundial; ABOP, Brasília, 2009.
6. Maçonaria, Tráfico de Escravos e Banco do Brasil, Madras, São Paulo, 2010.
7. Anotações de Vasconcellos de Drummond à sua Biografia; vol. 165, Edições do Senado Federal, Brasília, 2012. (Apresentação).

LIVROS PUBLICADOS:

   

 1970 1999 2006 2010



 2009 2009 2020

ARTIGOS EM COLETÂNEAS:





****